

Angola não ficou de fora do contexto actual de propagação da Covid-19 em todo o Mundo, e o Estado Angolano decretou Estado de Emergência em Abril e, seguidamente de calamidade, período que se estende até aos dias de hoje. Nisto, algumas actividades permaneceram suspensas. Entretanto, estava previsto que as actividades de ensino e educação fossem retomadas no dia 13 de Julho de 2020 no caso das instituições de ensino superior e ensino secundário e as restantes no dia 27 de Julho de 2020.

As previsões de retoma da actividade no Ensino Superior geraram vários debates: além do progressivo aumento do número de casos de pessoas infectadas pela Covid-19 no País, as próprias condições de higiene e segurança das Instituições de ensino tanto públicas quanto privadas foram motivo de grande preocupação. Nisto, o Executivo Angolano viu-se novamente obrigado a adiar a retoma das actividades lectivas, através do Decreto Executivo nº 201/20, de 09 de Julho, e orientou que permanecessem fechadas todas as Instituições de ensino no País até segunda ordem (ou seja, dependendo da evolução da doença e do aumento do número de casos, as Instituições permanecem fechadas por tempo indeterminado).

Desde Março (altura da suspensão das aulas em Angola) que muitas Instituições já enfrentam graves problemas de tesouraria. O pagamento de 50% das propinas permitiu que as Instituições privadas mantivessem ainda alguns contratos com funcionários e pagassem salários durante algum tempo, mesmo em situação crítica, no entanto a suspensão indeterminada das aulas e a igual suspensão do pagamento de propinas por parte dos estudantes é actualmente o maior problema que essas instituições enfrentam. Sem pagamentos não há fontes de receitas e sem receitas não há manutenção de actividades e nem cumprimento de compromissos junto dos seus colaboradores e fornecedores.

A suspensão da cobrança de propinas, até ao recomeço das aulas, além de impulsionar uma avalanche de desemprego dentro do sector da educação (a maioria das Instituições não possui condições de manter o quadro actual de funcionários), levará inclusive à falência várias instituições.

Algumas Instituições privadas já têm sentido os efeitos da suspensão do pagamento de propinas e demitido funcionários, dentre elas está a Universidade Católica de Angola que se viu obrigada a suspender contratos de trabalho com docentes e funcionários administrativos; a Universidade Metodista de Angola suspendeu contratos de 104 funcionários (45%) até então, incluído docentes. Além disso a Universidade também foi obrigada a suspender contratos de prestação de serviços e a

reduzir o número de faculdades e encerrar o Campus de Cacuaco. Também o Instituto Superior Politécnico Maravilha de Benguela (ISPM) terá suspenso contratos com quase 75% dos funcionários (200 pessoas). E os casos não se ficam por aqui.

Resumindo, é expectável que a falta de aulas venha a deixar 220 mil professores e funcionários administrativos desempregados, isto incluindo escolas, creches e universidades.

Decerto que a situação actual é inevitável, tendo em conta a falta de condições de manutenção das actividades lectivas no País por falta de infraestruturas básicas, condições de higiene e segurança nas escolas públicas e privadas, acesso à Internet e meios de telecomunicações por parte da maior parte da população angolana, académica e não académica. Estas carências dificultam a incorporação de métodos alternativos de ensino como o ensino à distância, por exemplo, que tem sido amplamente utilizado em vários países em tempos de pandemia. No entanto, nem as instituições de ensino nem a sociedade civil dispõem de ferramentas adequadas para que o possa fazer.

Relativamente aos funcionários desempregados, e as Instituições à beira da falência, quem se responsabiliza?

Assim como vários outros sectores enfrentam agora a crise causada pela propagação da Covid-19, a “reconstrução” e o levantar do Sistema Educacional em Angola nos pós Covid-19, dependerá além do esforço das próprias Instituições privadas e um árduo trabalho por parte do Executivo Angolano, no sentido de criação de políticas públicas que beneficiem e auxiliem a reconstituição dessas Instituições, bem como futuras políticas de acesso ao emprego.

A pandemia afectará de diferentes formas cada sector da economia, sendo certo que nenhum mais será o mesmo após essa crise, o sector da educação será forçado a mudar a forma de actuação e considerar fazer algumas mudanças.

Pressupõem-se que as Instituições de Ensino privadas passarão a olhar de outra forma as infraestruturas de suas instalações, em termos de higiene e segurança, a valorização do seu capital humano (readaptando apenas para permanecer o necessário e indispensável), o Investimento em tecnologias de informação e comunicação, e procurarão novas formas de organização das finanças, buscando alternativas de geração de receitas, além do pagamento de propinas por parte dos estudantes, bem como cortes de despesas diversas.

No que respeita à contratação de recursos humanos, as instituições com problemas financeiros optarão por permanecer com funcionários indispensáveis e que se adaptem a novas funções. Sendo assim, os trabalhadores devem estar também preparados para múltiplas funções e se adaptar a novas formas de trabalho.

Entretanto, enquanto se fazem projecções económicas e muitos debatem sobre os próximos tempos (pós covid), a maré de incertezas diante dessa situação ainda é visível, a propagação da pandemia é evidente e a sua contenção exige medidas extremas, o que acaba dificultando a actuação de países africanos em vias de desenvolvimento como o caso de Angola.

Enquanto isso o que fazer?

Se neste momento pouco mais resta do que esperar, no futuro aguarda-se um grande esforço por parte das Instituições privadas para se reerguerem com a situação no vermelho, entretanto espera-se também que estas sejam flexíveis e se tornem adaptáveis mediante todas estas situações. Das que “sobreviverem”, a crise de saúde pública traz a lição da adaptabilidade e de preparação, precisa-se que estejam melhor preparadas para situações semelhantes, mesmo diante de um cenário em que o país por si só não garanta condições estruturais para que estas actuem como deviam.

Este documento foi preparado pela Kitambo Business Consulting, Lda.

Autor da publicação:

Jéssica Matos, Consultora

Email: jessica.matos@easypeople.co.ao

Publicação completa a 10 de Agosto de 2020, 09:00 (GMT+1)

Publicação divulgada a 12 de Agosto de 2020, 09:00 (GMT+1)

Esta Publicação é divulgada somente pelo site da Kitambo Business Consulting.

Para mais informações visite www.kbc.co.ao



KITAMBO BUSINESS CONSULTING

Esta publicação de pesquisa foi preparada pela Kitambo Business Consulting, Lda. Este é fornecido apenas para fins informativos e não deve ser considerado como uma oferta de venda ou solicitação de uma oferta de compra ou venda de instrumentos (ou seja, instrumentos financeiros aqui mencionados ou outros interesses no que diz respeito a tais instrumentos financeiros).

A publicação de pesquisa foi preparada de forma independente e exclusivamente com base em informações disponíveis publicamente que a Kitambo Business Consulting considera confiáveis. Apesar de ter sido tomado um cuidado razoável para assegurar que o seu conteúdo não é falso ou enganoso, não é feita nenhuma representação quanto à sua exactidão ou integridade sendo que a Kitambo Business Consulting não assume qualquer responsabilidade por qualquer perda directa ou consequential, incluindo, sem limitação, qualquer perda de lucros, decorrente da confiança neste relatório de pesquisa.

As opiniões aqui expressas são as opiniões dos analistas responsáveis pela elaboração da publicação de pesquisa e reflectem o seu julgamento de acordo com a data deste documento. Estas opiniões estão sujeitas a alterações e a Kitambo Business Consulting não se compromete a notificar qualquer destinatário desta publicação de tais alterações nem de quaisquer outras alterações relacionadas com as informações fornecidas aqui. A KBC não se responsabiliza por qualquer perda de qualquer pessoa com base nesta publicação.

A KBC é uma empresa de consultoria de gestão, fundada em Angola e conhecedora do mercado africano. Para mais informações visite www.kbc.co.ao